

**Análise da educação básica no município de Cruzeta/RN**  
**Analysis of basic education in the small town of Cruzeta/RN**  
**Análisis de la educación básica en el municipio de Cruzeta / RN**

**Izabelly Kariny de Araújo**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: karinyraujo@yahoo.com.br

**Layla Coeli Lola Gomes**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: layla.lola.gomes@gmail.com

**Isabela Talita Dantas Medeiros**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: isabelatalitadantas@gmail.com

**Apresentação Dayanne André dos Santos**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: dayanne\_santos.jds@hotmail.com

**Gabriela de Andrade Vieira**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: gaby.rsb@hotmail.com

**Max Leandro de Araújo Brito**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2827-9886>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: maxlabrito@gmail.com

Recebido: 05/10/2018 | Revisado: 22/10/2018 | Aceito: 12/11/2018 | Publicado: 18/11/2018

**Resumo**

O presente estudo objetiva analisar a educação básica no município de Cruzeta/RN. A metodologia utilizada é qualitativa, consistindo em um estudo de caso com membros da equipe que formam a Educação e também sociedade civil do município. A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário disponibilizado através de rede social, contendo quatro questões subjetivas sobre a educação básica. Dentre os resultados encontrados é evidenciado pelos sujeitos que a educação é uma prioridade para o sucesso de uma sociedade e que ela é fundamental para a transformação e desenvolvimento do ser humano como um ser social,

criando assim uma base para o conhecimento e uma visão crítica sobre a realidade. Ao final do estudo é evidenciado que a educação básica do município de Cruzeta é considerada boa e vem sendo reconhecida a nível estadual e até nacional, tendo como destaque o cuidado com a estrutura física e com o quadro de professores, além da participação dos alunos em premiações, porém são necessárias algumas melhorias tendo como destaque a qualificação continuada para os professores do município.

**Palavras-chaves:** Formação; Transformação; Profissional.

### **Abstract**

The present study aims to analyze basic education in the small town of Cruzeta/ RN. The methodology used is qualitative, consisting of a case study with members of the team that form the Education and also civil society of the small town. Data were collected through a questionnaire made available through a social network, containing four subjective questions about basic education. Among the results found, it is evident by the subjects that education is a priority for the success of a society and that it is fundamental for the transformation and development of the human being as a social being, thus creating a basis for knowledge and a critical view on the reality. At the end of the study it is evidenced that the basic education of the municipality of Cruzeta is considered good and has been recognized at the state and even national levels, with emphasis on the care of the physical structure and the staff, as well as the participation of students in prizes, but some improvements are necessary, highlighting the continued qualification for the teachers of the small town.

**Keywords:** Formation; Transformation; Professional.

### **Resumen**

El presente estudio tiene como objetivo analizar la educación básica en el municipio de Cruzeta / RN. La metodología utilizada es cualitativa, consistente en un estudio de caso con miembros del equipo que forman la Educación y también sociedad civil del municipio. La recolección de datos ocurrió a través de un cuestionario a través de una red social, conteniendo cuatro cuestiones subjetivas sobre la educación básica. Entre los resultados encontrados es evidenciado por los sujetos que la educación es una prioridad para el éxito de una sociedad y que es fundamental para la transformación y desarrollo del ser humano como un ser social, creando así una base para el conocimiento y una visión crítica sobre la realidad. Al final del estudio es evidenciado que la educación básica del municipio de Cruzeta es considerada buena y viene siendo reconocida a nivel estadual e incluso nacional, teniendo

como destaque el cuidado con la estructura física y con el cuadro de profesores, además de la participación de los alumnos en premios, pero son necesarias algunas mejoras teniendo como destaque la calificación continuada para los profesores del municipio.

**Palabras claves:** Formación; transformación; Profesional.

## 1. Introdução

A Educação Básica é primordial para o avanço da capacidade intelectual, social e econômico das pessoas. É através da educação que o indivíduo consegue chances para ter acesso a trabalho qualificado além de propiciar um maior conhecimento dos seus direitos e deveres de cidadão. É na Educação Básica que desenvolvemos os pilares necessários para o aperfeiçoamento da informação, comunicação e interação com a sociedade.

Uma das maiores dificuldades encontradas pelos gestores municipais, prefeito, secretário da pasta e diretores das escolas de Ensino Infantil e fundamental de Cruzeta, na Educação Básica descrita na Lei de diretrizes e bases educação nacional – LDBEN é com relação ao repasse de recursos realizados pela esfera estadual e federal. Esses recursos caracterizam o valor mínimo por aluno no qual o município acaba arcando com uma parcela maior de recursos, tendo em vista que prioriza oferecer excelentes professores, além de garantir uma alimentação balanceada.

De acordo, com o índice de avaliação do IDEB no ano de 2018, o município vem em uma crescente, ficando em segundo lugar no estado do Rio Grande Norte com o melhor IDEB. Entretanto é importante frisar que ainda é preciso ser melhorado, tendo em vista as notas alcançadas em municípios vizinhos.

A educação básica trata-se de um direito fundamental presente na Constituição Federal de 1988, sendo dever do Estado e dos municípios fornecer esse direito. Ter a educação como prioridade garante o desenvolvimento do educando e sua formação como cidadão, fornecendo meios para que ele progrida nos aspectos de estudo e de trabalho. Desse modo, a educação básica busca o pressuposto de igualdade no que se refere ao acesso à educação, democratizando esse direito e contribuindo para a evolução do indivíduo nas suas fases de formação escolar.

Utilizando como embasamento para a construção dos conceitos, características e métricas da educação básica, têm-se autores como Carlos Roberto Jamil Cury (2008) que aborda os temas “Educação básica como direito” e “A educação básica no Brasil”, Telma Ferraz (2017) com o tema “Habilidades de compressão leitora: seu ensino e sua avaliação pela

Provinha Brasil” e Cintya Regina (2014) com o tema “Pensamento e sociedade: contribuições ao debate sobre a experiência do Enem”.

O presente estudo tem por finalidade analisar a educação básica no município de Cruzeta –RN. Assim, o artigo começa com apresentação da educação básica e as métricas educacionais, metodologias e seguido da análise dos resultados apresentados pelos atores entrevistados.

## **2. Educação básica**

A partir da década de 1940 começou-se no Brasil a criação de uma rede para atender a requisitos de educação básica para a população. Observa-se que a preocupação com a existência de um ensino básico no Brasil começou de forma tardia e só a partir da década de 1990 a insuficiência na rede pública para atender matrículas foi superada (TAFNER, 2006).

Muitos anos se passaram e, de acordo com o autor, a qualidade da educação no Brasil é considerada insuficiente, principalmente na rede pública que é responsável por 90% do ensino básico e a  $\frac{3}{4}$  no ensino médio. No que se refere ao ensino médio, o país fica atrás de países latino-americanos como Argentina, Chile e Uruguai que possuem grau semelhante de renda média. Quando se trata do aspecto econômico, a destinação de recursos financeiros era a principal limitação da educação durante muito tempo, já que não existiam escolas suficientes para atender a demanda, além de escolas lotadas que dificultavam a aprendizagem e formação dos alunos.

Para melhorar a qualidade do ensino básico foi implementado o Plano Nacional de Educação (PNE) que estabelece vinte metas, dentre as quais se têm a necessidade de universalizar e ampliar a educação infantil e fundamental. Além disso, busca-se alfabetizar todas as crianças, no máximo até o final do terceiro ano do ensino fundamental e valorizar os profissionais das redes públicas de educação básica. Essas metas visam o atendimento e a qualidade do ensino, sendo importante a participação das diferentes esferas do governo (MEC/ SASE, 2014).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) estabelece o conceito de educação básica. De acordo com o dispositivo, trata-se de um direito do indivíduo que busca o esclarecimento de novas realidades, através da constituição de uma sociedade democrática, buscando a cidadania. A partir do novo conceito criado para educação básica, podem-se destacar três etapas de ensino: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Sendo de responsabilidade dos órgãos federais, estaduais e municipais (CURY, 2008).

O novo conceito criado para a educação básica é considerado inovador, uma vez que o Brasil negou por séculos o direito ao conhecimento aos seus cidadãos dentro da organização escolar. Assim, dentro das etapas de ensino, a educação infantil compreende a raiz da educação básica, o ensino fundamental é considerado o tronco e o ensino médio trata-se do acabamento (CURY, 2008).

Dessa forma, a transformação do conceito de educação básica buscou tornar a educação como um direito aos cidadãos, tendo aspecto democrático, sendo dividido em três etapas fundamentais para o desenvolvimento escolar do indivíduo.

A lei N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no seu artigo 4°, determina a educação básica como dever do Estado sendo obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio. Assim, o acesso à educação básica obrigatória trata-se de direito público subjetivo, no qualquer cidadão pode acionar o poder público para exigí-lo (BRASIL, 1996).

### **3. Métricas na educação básica**

Uma das maneiras para avaliar a educação é através do desempenho dos alunos e esse diagnóstico pode ser obtido pela aplicação de uma prova anual de acordo com determinado nível escolar. A primeira avaliação da fase educacional é feita no segundo ano do ensino fundamental e é verificada a qualidade da alfabetização desses estudantes, e durante o ensino médio com aplicação do ENEM.

#### **3.1 Provinha Brasil**

De acordo com a Portaria Normativa nº 10, de 24 de abril de 2007, a "Provinha Brasil" é uma Avaliação de Alfabetização estruturada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais "Anísio Teixeira" – INEP, que tem o objetivo de avaliar o nível de alfabetização dos estudantes em seus anos iniciais do ensino fundamental e possibilitar às redes de ensino um resultado da qualidade do ensino, precavendo esse diagnóstico para reter as dificuldades de aprendizagem e concorrer para a melhoria da qualidade de ensino e redução das desigualdades, em conformidade com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional. A avaliação ajuda os gestores e professores com o diagnóstico educacional das crianças dessa faixa etária, com o propósito de averiguar se elas já sabem ler e escrever.

Para Leal (2017) a Provinha Brasil, desde sua criação é objeto no debate sobre o cenário educacional brasileiro, tendo em vista a necessidade de avaliar crianças no início do ensino fundamental.

A escola é uma instituição que deve proporcionar meios e instrumentos necessários que possibilitem o acesso ao saber e a socialização do saber sistematizado. A Provinha Brasil, ao promover a avaliação no segundo ano escolar, espera que todos os alunos tenham desenvolvidos autonomia da escrita e leitura, e isso devem estar consolidadas até o segundo ano.

Na visão de Kleiman (2014, p. 61), a compreensão leitora é "o processo por meio do qual são postas em funcionamento as estratégias cognitivas e habilidades necessárias para compreender, que permitem que o leitor extraia e construa significados do texto, simultaneamente, para fazer sentido da língua escrita". É fundamental que os alunos adquiram técnicas de leitura independente e construam compreensão e interpretação dos textos, o que traz resultados mais significativos nas avaliações.

Para melhorar ainda mais a educação foi estabelecido pela Lei N° 11.274, as diretrizes e bases da educação nacional, concedendo a duração de 9 anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade (BRASIL,2006).

### **3.2. Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)**

Em 1998 como uma forma de avaliação alternativa aos exames vestibulares foi criado o EXAME NACIONAL DO ENSINO MEDIO (ENEM), que viabiliza a auto avaliação das competências e habilidades dos alunos do ensino médio. A principal característica do exame é proporcionar o ensino contextualizado dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), englobando a avaliação de competências e habilidades. Assim, o aluno precisa ter desenvolvido aptidões necessárias que lhe permita escolher qual melhor caminho tomar após a conclusão do ensino médio, visto que, é nesse momento que ele deve começar sua vida acadêmica ou profissional. Desse modo, o exame visa avaliar a capacidade de raciocínio envolvendo temas diversos em detrimento da memorização de conteúdos desconexos (STADLER; HUSSEIN, 2017).

Para Ribeiro (2014) inicialmente, as variáveis a serem avaliadas foram sistematizadas numa matriz de cinco competências e 21 habilidades, e em 2009, o Inep apresentou um novo documento intitulado Matriz de referência para o Enem, qualificando cinco eixos cognitivos comuns a todas as áreas de conhecimento do ensino médio, além das respectivas competências e habilidades exigidas em cada uma das quatro áreas de conhecimento e suas

tecnologias. O documento apresenta ainda um conjunto de conteúdos qualificado como objetos de conhecimento associados às matrizes de referência, no qual são listados temas afins às respectivas áreas (RIBEIRO, 2014).

As provas do ENEM ocorrem em dois domingos, normalmente no mês de novembro, com tempos de duração em média de cinco horas e meia e que avaliam as diferentes áreas de conhecimento. Cada edição do exame possui uma redação e 180 questões de múltipla escolha, 90 em cada dia de prova, e estão divididas em grupos de 45 questões, contemplando as quatro áreas de conhecimento: Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias (LERIA, 2018).

Assim é de extrema importância a compreensão dos diferenciais apresentados pela avaliação em termos de interdisciplinaridade e contextualização, pois é possível encontrar elementos que apresentam à inclusão dessas abordagens na prática docente, mesmo que com o Novo Enem, algumas dessas características tenham sido minimizadas. Com isso é possível se verificar nos trabalhos dos mesmos autores o reconhecimento de uma grande polissemia em relação aos conceitos de interdisciplinaridade e contextualização como estratégias para abordagem do conteúdo e uma possível oportunidade para se sair bem no exame (STADLER; HUSSEIN, 2017).

Após as provas há um tempo para que as notas dos docentes sejam calculadas e publicadas. Essas notas podem ser computadas como recurso único, alternativo ou complementar nos processos de ingresso do aluno no ensino superior da rede pública ou privada, através de mecanismos de seleção pela via do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do governo federal ou do processo de concessão de bolsas do Programa Universidade para Todos (Prouni) (RIBEIRO, 2014).

O Enem se consolida porque, de um lado, torna-se baliza de uniformização da qualidade do ensino médio no país, conferindo um formato à educação básica; de outro lado, por afirmar-se como instrumento de validação do ingresso no ensino superior, atua como vetor de ampliação do acesso público a esse grau de formação. (RIBEIRO, 2014).

O Enem cria uma forma de controle dos currículos da educação básica, pois os exames de ingresso ao ensino superior influenciam diretamente a composição desses currículos. A principal influência do Enem seria a valorização, pois consolida a reforma educacional do ensino médio e é fortemente defendida para que haja o desenvolvimento e avaliação das competências e habilidades do sistema educacional global e individual (VIGGIANO; MATTOS, 2013).

#### **4. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB**

Para garantir que o acesso universal a educação fosse garantido conforme é preconizado pela constituição federal e pela lei de diretrizes e bases da educação, a sociedade civil junto o com o governo federal após discursões e proposições criaram através da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro do mesmo ano, convertida na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e pelos Decretos nº 6.253 e 6.278, de 13 e 29 de novembro de 2007, respectivamente, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, como forma de garantir o melhor aporte de recursos para a educação básica. Este fundo possui natureza contábil e âmbito estadual, seus recursos, em quase sua totalidade, é proveniente dos impostos e transferências dos estados, distrito federal e municípios, isto é previsto no art. 212 da Constituição federal. No entanto, além destes recursos, o FUNDEB ainda é contemplado com uma parcela de recursos federais, no âmbito estadual, quando o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Os recursos do FUNDEB são destinados os estados, Distrito Federal e municípios que oferecem atendimento na educação básica. Abrange o regime de redistribuição de 20% dos impostos para todas as etapas e modalidades da educação básica, ou seja, 20% da receita oriunda dos impostos do estado ou do município vão obrigatoriamente para o Fundo Estadual permitindo a cada ente federativo a aplicação livre da receita recebida, objetivando o princípio da cooperação na oferta do ensino público. Os recursos recebidos retornam e são destinados levando em consideração as matrículas nas escolas públicas e conveniadas, apuradas no último censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC). Desta forma, ao abrir mais vagas nas escolas de educação básica não significa mais despesa, e, sim, mais receita. Os alunos considerados, portanto, são aqueles atendidos: Nas etapas de educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental (de oito ou de nove anos) e ensino médio; Nas modalidades de ensino regular, educação especial, educação de jovens e adultos e ensino profissional integrado; Nas escolas localizadas nas zonas urbana e rural; Nos turnos com regime de atendimento em tempo integral ou parcial (matutino e/ou vespertino ou noturno) (BRASIL, 2017).

Com a reforma do estado, proposta na década de 1990, foi apresentada uma medida que propôs a avaliação externa com vista a determinar a qualidade e produtividade dos serviços prestados, esta avaliação então é usada como mecanismo de controle e regulação.

Dentro dessa perspectiva de avaliação externa o ensino passou a ser avaliado e suas notas e resultados pautados. No ensino as avaliações externas realizadas, que pode-se usar como exemplo o SAEB e a Prova Brasil. Onde estas visavam mensurar as habilidades cognitivas dos estudantes e oferecer um indicativo da qualidade de ensino nas escolas. Diante dessa iniciativa de realizar avaliações externas, foi criado em 2007 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é um indicador do Ministério da Educação (MEC), que é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”, que reúne os dados obtidos do SAEB e da Prova Brasil, dados estes como número de aprovação, reprovação e evasão. É de posse dessas informações que é determinado as metas a serem atingidas, monitorar e avaliar o sistema educacional e assegurar a melhoria na qualidade da educação.

“O índice varia de zero a 10 e a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.” (Inep, 2015)

Diante do objetivo de melhorar a qualidade do ensino oferecido, o IDEB, apesar de ser um indicador de resultado e não de qualidade, é uma ferramenta utilizada, também, para o acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica, visando atingir em 2022 uma média que corresponda a um sistema educacional de qualidade a de países desenvolvidos. Neste sentido, cada ente federado assume voluntariamente o compromisso e a responsabilidade de promover a melhoria da qualidade da educação básica em sua esfera de competência, mediante meta estabelecida pelo IDEB (BRASIL, 2007).

A proposta oficial é coibir a reprovação indiscriminada e estabelecer metas para os sistemas de ensino e as escolas, numa mobilização pela qualidade da educação, para que, em 2021, o país atinja a meta de qualidade educacional dos países desenvolvidos (HADDAD, 2008).

## **5. Metodologia**

Para a realização de uma pesquisa é necessário estabelecer os métodos. Assim sendo, o presente artigo é de caráter qualitativo. De acordo com Demo (2009), a pesquisa qualitativa

quer fazer jus a complexidade da realidade, curvando-se diante dela, não por contrário, como ocorre com a ditadura do método ou a demissão teórica que imagina dados evidentes.

O método utilizado é qualitativo, pois foi aplicado com apenas uma pequena parcela de usuários deste serviço, sendo eles servidores e usuários. Além disso, todos os entrevistados têm conhecimento do assunto em análise, cada um com suas particularidades e experiências.

A pesquisa a seguir utilizou-se de critérios básicos quantos aos fins: Exploratório e descritiva.

A investigação exploratória, que não deve ser confundida com leitura exploratória, é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa. [...] A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. Pesquisa de opinião insere-se nessa classificação. (VERGARA, 2007, p.47)

Assim sendo, esta pesquisa é exploratória, pois não há conhecimento sistematizado sobre a educação básica no município de Cruzeta/RN e é descritiva porque é com base nas características de uma determinada população, que utilizam esses serviços ou que fazem parte da rede de ensino e também porque visa descrever percepções e expectativas dos usuários.

A seleção da amostragem foi uma amostra não probabilística, sendo essa por conveniência, segundo Silva e Silveira (2011) amostragem não probabilística por conveniência os entrevistados são selecionados por disponibilidade e similitude com a população útil de pesquisa.

Essa seleção ocorreu tendo em vista que os entrevistados estão diretamente ligados à educação básica do município de Cruzeta/RN, sendo: a secretária de Educação, diretor de escola, professor, coordenadora pedagógica e sociedade civil.

A coleta de dados ocorreu por meio de aplicação de questionários que de acordo com Vergara (2007), caracteriza-se por uma série de questões apresentadas ao respondente, por escrito. Assim, foram elaboradas cinco perguntas abertas sobre o tema, dando aos entrevistados a oportunidade de expressar sua visão acerca da educação básica no município.

A codificação e decodificação das respostas foi por meio de análise de conteúdo. Para os autores Silva e Silveira (2011) a análise de conteúdo aplica-se a analisar textos escritos ou de qualquer comunicação oral, visual e gestual.

## 6. Resultados

Dentro da entrevista é possível analisar os vários pontos de vista apresentados pelos indivíduos que formam a educação e sociedade civil do município e seus diversos posicionamentos em relação a educação básica. Serão apresentados os dados da pesquisa em forma de quadro, acompanhadas das respectivas análises das respostas.

De acordo com os dados analisados no quadro 1, os entrevistados destacaram o desenvolvimento ao país, promoção da ascensão social, formação dos sujeitos, construção de novos conhecimentos e fomento da inclusão social como aspectos essenciais para a construção de uma educação igualitária que promove a cidadania e formação dos indivíduos.

Quadro 1: A importância da educação

Significado	Discurso
Traz desenvolvimento ao país	A educação é peça chave quando se fala em desenvolvimento de um país, estado ou município. (Sujeito A)
	A Educação é um direito fundamental que ajuda não só no desenvolvimento de um país, mas também de cada indivíduo. (Sujeito D)
Promove a ascensão social	Não se tem notícia de uma sociedade que obteve sucesso sem ter a educação como prioridade. (Sujeito A)
	Educação é um processo constante na história de todas as sociedades, ela não é a mesma em todos os tempos e todos os lugares, e se acha vinculada ao projeto de homem e de sociedade que se quer ver emergir através do processo educativo. (Sujeito D)
Formação dos sujeitos	Contribui para a formação do ser humano para o trabalho e para o exercício da cidadania. (Sujeito C)
	Sua importância vai além do aumento da renda individual ou das chances de se obter um emprego. (Sujeito D)
Construção de novos conhecimentos	A Educação é o direcionamento q o ser humano recebe, da família, das instituições escolares e de outras entidades organizadas, de forma sistematizadas ou não, com o objetivo de aperfeiçoar habilidades pré-existentes e auxiliar na construção de novos conhecimentos. Diante disso, a Educação é fundamental por ser a responsável em proporcionar experiências de aprendizado, q irão se constituir conhecimento para q o indivíduo seja capaz de conhecer e interferir na sua realidade, tornando-se sujeito ativo da sua própria história. (Sujeito B)
Fomentar a inclusão social	Diante da complexidade da realidade da Educação, qualquer análise sobre os números da Educação Básica representa necessariamente um recorte, um conjunto de escolhas. Nesse sentido a importância da educação implica em assumir compromisso com a sociedade a fim de reduzir as desigualdades educacionais que são constantes no nosso país. (Sujeito C)

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

No quadro 2, foram observados o desenvolvimento e opinião crítica, dimensão educacional e o ambiente externo. É através da educação que se inicia o processo do

conhecimento crítico onde permite-se compreender as prioridades para o crescimento pessoal e profissional.

Quadro 2: Transformação que a educação trás

Significado	Discurso
Conhecimento e opinião crítica	Conhecimento, para a construção de uma visão crítica do mundo que nos cerca. É prioridade na minha família. (SUJEITO A).
	A Educação sistematizada, lapidou as minhas habilidades e me apresentou novas alternativas para adquirir conhecimentos. Além disso, proporcionou a minha forma crítica e reflexiva de enxergar o mundo. (SUJEITO B)
Dimensões Educacionais	As múltiplas dimensões de serviços educacionais ficam evidenciadas quando pautamos a nossa atenção aos estudantes. A maior transformação é quando através dos serviços educacionais, consigo transformar a vida de cada estudante proporcionando o acesso e a permanência na escola, através do diálogo educacional democrático, justo, equitativo (SUJEITO C).
Ambiente Externo	A educação é, por suas origens, seus objetivos e funções um fenômeno social, estando relacionada ao contexto político, econômico, científico e cultural de uma sociedade historicamente determinada. (SUJEITO D).

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Tendo em vista os discursos do quadro 3 é possível verificar que a educação do município vem obtendo destaque em premiações e sendo reconhecida tanto pela estrutura educacional quanto pela gestão participativa.

Quadro 3: A educação no município.

Significado	Discurso
Premiações e reconhecimento	A educação Cruzetense vem sendo reconhecida a anos a nível estadual e até nacional. Destacando-se aí, a participação dos alunos do município nas Olimpíadas de Matemática, sempre sendo premiados. (SUJEITO A)
	Ampliar os bons resultados que o município de Cruzeta vem obtendo nas avaliações externas, como elevado nível de aprovação nos institutos federais, lugar de destaque na OBMEP a nível nacional. (SUJEITO B)
Estrutura educacional	Escolas bem cuidadas em sua estrutura física, o bom quadro de professores, o cuidado com o aluno. (SUJEITO A).
	Garantir os direitos mínimos para um bom desenvolvimento às crianças e adolescentes que frequentam as escolas municipais. (SUJEITO B)
Gestão Pública e Sociedade Participativa	Destaca-se a alimentação escolar que recebe uma contrapartida do município suficiente para oferecer uma merenda de ótima qualidade, fortalece as formações continuadas dos docentes, garante transporte escolar para todas as localidades da zona rural de Cruzeta e das localidades de difícil acesso na zona urbana, apoia aulas de campo local, regional e interestaduais, entre outros. (SUJEITO B)
	Se faz necessário garantir a gestão democrática do ensino público, assegurando a participação dos diferentes segmentos da sociedade, através da participação, trabalho coletivo, responsabilidade, comprometimento, colaboração, compromisso, autonomia e transparência. (SUJEITO C)
	Analisar a gestão da educação Municipal implica refletir sobre as políticas de educação. Isto porque há uma ligação muito forte entre elas, na medida em que a gestão transforma metas e objetivos educacionais em ações, dando concretude às direções traçadas pelas políticas. (SUJEITO D).

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

No quadro 4 destaca-se a qualificação continuada e planos e metas que podem ser desenvolvidas para melhorar a educação básica no município tanto do ponto de vista dos profissionais como dos alunos, corroborando com Cury (2008).

Quadro 4: Ações podem ser desenvolvidas para aprimorar o ensino básico

Significado	Discurso
Qualificação continuada	Qualificação continuada para os professores, especialmente do nível fundamental I. (SUJEITO A)
	Fortalecer os encontros pedagógicos e de formação continuada que já existem, efetivar uma equipe multidisciplinar para auxiliar os docentes nos entraves que dificultam o processo de ensino/aprendizagem dos estudantes e manter o quadro de profissionais da Educação completo e efetivo evitando a descontinuidade do fazer pedagógico. (SUJEITO B).
	Garantir a formação continuada e permanente aos docentes, melhorar a qualidade do ensino em todas às etapas, promover condições favoráveis à prática da leitura e escrita. (SUJEITO C).
Plano e metas	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches. Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada. Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 2º (terceiro) ano do ensino fundamental. Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos(as) da educação básica. (SUJEITO D)

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

## 7. Considerações Finais

Ao final da pesquisa pode-se inferir que, de acordo com os discursos dos entrevistados, a educação básica no município de Cruzeta – RN é considerada boa e vem sendo reconhecida, tendo destaque no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e obtendo o segundo lugar no ranking estadual em qualidade nos anos iniciais do ensino fundamental. Além disso, a administração do município garante os direitos mínimos para um bom desenvolvimento às crianças e adolescentes que frequentam as escolas municipais, bem como escolas bem cuidadas em sua estrutura física, a preocupação com o bom quadro de professores e conselhos que compõe uma linha democrática de gestão participativa.

Dentre as limitações para a realização do estudo estão o tempo para a realização das entrevistas, pois os entrevistados tinham suas obrigações de trabalho.

Como sugestão para futuras abordagens do tema, sugere-se uma pesquisa mais ampliada direcionada aos gestores e comunidade em geral.

## Referências

BRASIL. **Ministério da educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>> Acesso em 20 Setembro 2018.

\_\_\_\_. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programa e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação básica com direito.** Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134>.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico.** 1.ed.7.reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.

FERNANDES, Francisco das Chagas. **O Fundeb como política pública de financiamento da educação básica.** Revista *Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 4, p. 23-38, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

HADDAD, F. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008

LEAL, Telma Ferraz et al. **Habilidades de compreensão leitora: seu ensino e sua avaliação pela Provinha Brasil.** Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 22, n. 68, p. 187-211, Mar. 2017.

LERIA, Lucinda De Almeida et al. Enem Acessível: Autonomia para a Pessoa com Deficiência Visual Total no Exame Nacional do Ensino Médio. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru, v. 24, n. 1, p. 103-120, Mar. 2018.

RIBEIRO, Cintya Regina. **Pensamento e sociedade: contribuições ao debate sobre a experiência do Enem.** Educ. Soc., Campinas, v. 35, n. 127, p. 443-460, June 2014.

SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. **Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas.** 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

STADLER, João Paulo; HUSSEIN, Fabiana Roberta Gonçalves e Silva. **O perfil das questões de ciências naturais do novo Enem: interdisciplinaridade ou contextualização?** Ciênc. educ. (Bauru), Bauru , v. 23, n. 2, p. 391-402, June 2017 .

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIGGIANO, Esdras; MATTOS, Cristiano. O desempenho de estudantes no Enem 2010 em diferentes regiões brasileiras. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília , v. 94, n. 237, p. 417-438, Aug. 2013 .